

BRASÍLIA . DF

O compromisso da seriedade

“O Congresso Nacional cumprirá o seu dever, em nome da sociedade brasileira”.

Falam assim, como uma afinada orquestra regida por um maestro bom de batuta, os presidentes do Senado, Mauro Benevides, e da Câmara, Íbsen Pinheiro.

Não haverá recesso parlamentar, garantem, enquanto não for esgotada a ordem do dia programada, consensualmente, entre as bancadas do Governo e da oposição.

Pensam da mesma maneira os líderes mais influentes das duas Casas, de Generaldo Correia (PMDB), Ricardo Fiuza (PFL) e Vivaldo Barbosa (PDT), entre os deputados, a Humberto Lucena (PMDB), Marco Maciel (PFL) e Fernando Henrique Cardoso (PSDB), em nome dos senadores.

A posição governista no episódio da an-

tecipação do plebiscito, se inicialmente embaralhou alguns entendimentos, foi digerida em parte. Até mesmo porque na Câmara, há proposta quase idêntica de José Serra, difere, apenas, na data. Enquanto a emenda do senador José Richa estabelecia o dia 21 de abril, a de iniciativa do deputado prevê 7 de setembro do próximo ano.

Entre as emendas à Constituição reivindicadas pelo presidente Fernando Collor, ficou acordado que a da modernização da economia e a da reforma tributária, com pequenas modificações, serão aprovadas este ano, mesmo que o Congresso prorogue seus trabalhos.

Serão, também, apreciados vetos presidenciais e o Orçamento da União, este obrigatoriamente, como determina o texto constitucional.